

HERDEIROS DO DRAGÃO:

A REBELIÃO DOS MARINHEIROS DE 1964¹

Anderson da Silva Almeida²

Desfraldando as velas

Em 2010 celebra-se o centenário da Revolta dos Marinheiros por melhorias nas condições de vida na Armada brasileira, principalmente contra os castigos corporais. O instrumento utilizado nos rituais punitivos mais conhecido é a chibata, que iria, por intermédio da obra de Edmar Morel³, batizar o nome do movimento rebelde de 1910.

Em 1964, João Cândido, líder dos revoltosos no *Encouraçado São Paulo*, conhecido como o *Almirante Negro*, esteve presente em uma assembleia comemorativa ao segundo aniversário de fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Esse evento, por questões referentes ao tumultuado contexto político da época, transformou-se numa rebelião que durou três dias e entraria para a história recente do Brasil por dois motivos: como um dos estopins para o golpe civil-militar de 1964 e pela posterior trajetória de traição do presidente da entidade, o marinheiro José Anselmo dos Santos, ou, como ficou conhecido, cabo Anselmo.

O objetivo deste artigo é problematizar as diversas trajetórias dos marinheiros como classe, trazendo a lume outras questões determinantes para o desfecho desse processo histórico. Nesse sentido, daremos destaque ao processo de “recrutamento” dos jovens marujos e fuzileiros; os fatores que os levaram à fundação da associação; os problemas enfrentados por eles no dia a dia da instituição; e as principais reivindicações do movimento rebelde de março de 1964.

Sobre a rebelião em si, destacaremos outro aspecto que ficou à margem das pesquisas sobre a conjuntura do Golpe de 1964, que diz respeito aos motins ocorridos nos navios da Armada, paralelamente aos eventos que ocorriam no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. A nosso ver, o estudo desses acontecimentos ocorridos nos vasos de guerra amplia sobremaneira a interpretação daquele momento histórico e, conseqüentemente, o foco interpretativo construído com base apenas em um discurso e um personagem.

Além disso, há inúmeros exemplos de marujos que se destacaram em todo o processo e posteriormente nos movimentos da luta armada, mas continuam até os dias de hoje ofuscados pela figura do cabo Anselmo. Dessa forma, nomes como Marcos Antônio da Silva Lima, Avelino Capitani, João Barbosa, Otacílio dos Anjos Santos, Paulo Conserva, José Raimundo e Cláudio Ribeiro permanecem “esquecidos” ou silenciados nas várias obras que tratam do tema em questão. Desse modo, recuperar tais trajetórias também integra os objetivos deste artigo.

A criação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB)

Nos anos 1950, a Marinha brasileira selecionava grande parte de seu pessoal subalterno nas regiões Norte e Nordeste do país. O ingresso daqueles jovens na instituição armada se dava por caminhos distintos. As Escolas de Aprendizes-Marinheiros eram as principais portas de entrada do pessoal subalterno. Situadas nos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia e Santa Catarina⁴, admitiam voluntários que ingressavam por meio de um teste, que

requeria mínimos conhecimentos propedêuticos. A idade exigida era entre 17 e 21 anos no ato da incorporação⁵. Aprovados, realizavam um curso, em regime de internato, de aproximadamente 11 meses. Em 1959, cerca de 1.500 jovens ingressaram por meio dessas escolas, “recrutando os seus alunos entre as famílias mais pobres daqueles estados”, como informou o Ministro da Marinha, Jorge do Paço Mattoso Maia, em seu relatório anual enviado ao presidente Juscelino Kubitschek⁶.

Outras formas de recrutamento ocorriam por meio dos conscritos e dos voluntários em geral. Os conscritos não passavam por teste de seleção e poderiam ter entre 18 e 25 anos até a data da incorporação. Apresentavam-se para o alistamento militar obrigatório e, após um curso que poderia variar entre três e seis meses, eram selecionados para seguir na carreira militar como marinheiros de 2ª classe. Dos voluntários era exigido que fossem alfabetizados, além de passar por teste de seleção. Outra exigência era que tivessem entre 17 e 25 anos até a incorporação. Geralmente, conscritos e voluntários realizavam os cursos nas Escolas de Formação de Reservistas Navais (EFRN) espalhadas pelos diversos estados brasileiros. Era comum que esses fossem direcionados para o Serviço Geral de Taifa (SGT), não sendo esse caminho uma regra⁷. No ano de 1959, pelo menos 1.200 jovens ingressaram por essas escolas, sendo 900 conscritos (alistados) e 300 voluntários⁸.

A outra estrutura que compunha o chamado escalão inferior da Marinha era o Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais (CPS-CFN). Essa corporação militar, responsável pelas denominadas Operações Anfíbias⁹, era dividida em três segmentos principais, denominados Ramos Gerais. O maior deles era o Ramo Geral de Fileira, composto pelos quadros de infantaria, artilharia e engenharia. Outro segmento era o Ramo Geral de Serviços Especiais, formado pelas especialidades de escrevente, sinaleiro, telegrafista, enfermeiro, músico, corneteiro e motorista. Por fim, o Ramo Geral de Artífices, em que eram lotados os carpinteiros, eletricitas, torneiros, sapatéis, caldeireiros, soldadores, ferreiros e bombeiros hidráulicos¹⁰. Somente como soldado de 2ª classe é que o fuzileiro poderia fazer sua especialização. Antes disso, na categoria de voluntários, passavam por um exame de seleção e por um teste intelectual; os aprovados ingressavam como soldado recruta.

Os fuzileiros tinham um curso diferente dos marinheiros. Como tropa de guarda e essencialmente de terra, os combatentes anfíbios não eram muito familiarizados com a rotina de navios e embarcavam esporadicamente para missões e exercícios. Destacavam-se pelo preparo físico e pela habilidade com seus fuzis, fruto de “adestramentos” diários com os armamentos e dos exercícios de marcialidade denominados ordem unida¹¹. No final dos cursos eram nomeados soldado de 2ª classe e passavam a fazer parte do Corpo de

Fuzileiros Navais (CFN). Todos os admitidos, assim como os marujos, participavam do ritual de juramento à bandeira, quando afirmavam o compromisso de dedicar-se inteiramente aos serviços da pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderiam com o sacrifício da própria vida¹². Essa variação na forma de ingresso resultava em níveis diferentes de percepção e conhecimento da instituição, a ponto de existirem pequenos conflitos e discórdias entre marinheiros, taifeiros e fuzileiros¹³.

O que podemos perceber em comum entre os dois corpos distintos (CPSA e CPSCFN) é o objetivo da instituição naval em contar com um corpo subalterno diversificado, tendo em vista a complexidade que envolvia o deslocamento de uma força naval, mas sempre com o cuidado de “docilizar”¹⁴ esses homens. Já nos cursos iniciais, marujos e fuzileiros iam se familiarizando com a hierarquia militar, representada em diversas graduações e em rituais, valores e costumes característicos das instituições armadas. A pirâmide hierárquica dos discípulos do almirante Tamandaré¹⁵ na década de 1960 era composta por pelo menos dezoito níveis hierárquicos distintos, distribuídos entre oficiais e praças. Para ter êxito no controle dos escalões inferiores, a Marinha contava com um conjunto diversificado de leis, normas e regulamentos, que aos poucos tornou-se o principal entrave nas relações entre superiores e subalternos¹⁶.

Além da questão dos regulamentos, o fator social é de fundamental importância para a análise do movimento dos “sapatos-pretos”¹⁷. A maioria dos subalternos, como mencionado, era oriunda do Norte e Nordeste do Brasil¹⁸. Das quatro Escolas de Aprendizes funcionado em 1959, três estavam situadas no Nordeste (Pernambuco, Ceará e Bahia) e a maior EFRN estava situada na cidade de Natal, que no ano de 1959 formou quinhentos marujos entre voluntários e conscritos¹⁹ – quase a metade do correspondente ao número de marinheiros que ingressaram nessas categorias em todo o território nacional naquele ano. Ao chegar ao Rio de Janeiro, deparavam-se com uma realidade muito diferente do que esperavam. Sem o apoio de suas famílias, sem poder contrair matrimônio e ainda submetidos a uma rotina dura de atividades nos navios, muitos daqueles jovens se envolviam com drogas²⁰, prostituição e até em pequenos furtos, por exemplo, o caso do soldado fuzileiro naval Paulo Vicente Tálomo, envolvido no roubo de um relógio seguido de espancamento da vítima, em dezembro de 1962²¹. Diante desse quadro, os marinheiros não eram bem vistos pela sociedade. Moravam nos bairros mais pobres da cidade e não tinham muitas opções de lazer.

Como consequência do descontentamento da marujada, em 25 de março de 1962 foi fundada a entidade que exatamente dois anos depois estaria no olho do furacão que tomou conta da política nacional. De acordo com o marinheiro Romualdo Pontes Ventura, um dos fundadores da Associação dos Marinheiros

e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), em depoimento prestado em 1964 durante inquérito aberto pela Marinha para apurar os acontecimentos no Sindicato dos Metalúrgicos: “foi na Praia de Botafogo – Edifício do Cinema Ópera, apartamento 202 – na residência do cabo de artilharia João Barbosa de Almeida, que se formou o núcleo principal que deu origem à AMFNB”²². Nascido no Rio Grande do Norte, tendo ingressado na Marinha em 1953, João Barbosa de Almeida era visto por seus colegas como um marujo acima da média, isso o levou a ser o primeiro presidente da entidade.

Nos primeiros documentos oficiais da AMFNB, a Marinha foi comunicada do início do funcionamento da entidade²³. Nada levava a crer que haveria alguma resistência por parte daquela instituição, tendo em vista que oficiais, sargentos e taifeiros já possuíam suas respectivas associações²⁴. No decorrer do ano de fundação, quando o quadro social ampliava-se, Barbosa ainda teve o cuidado de comunicar aos comandantes dos navios que naquelas organizações militares, a associação se fazia representar por um delegado. O oficial Júlio de Sá Bierrenbach, que em 1962, era o comandante do navio hidrográfico *Sirius*, afirmou que na segunda quinzena de outubro recebeu um ofício da AMFNB²⁵. Nesse ofício, o presidente participava a nomeação do marinheiro José Armando Pinheiro para exercer a atividade de delegado naquela embarcação. O documento tinha a seguinte redação:

Participo a V. Exa. que, pela Portaria n. 0101, de 13 de outubro de 1962, foi nomeado delegado desta associação nesse navio o sr. *José Armando Pinheiro*, para quem esperamos de V. Exa. apoio, confiança e ajuda no desempenho de suas funções para que possamos consolidar as iniciativas de nossa entidade, valorizando assim não só ao Marinheiro [sic] e Fuzileiro Naval, mas também nossa Gloriosa Marinha.²⁶

E qual foi a reação do comandante diante de tal fato? “A tal associação, qual um sindicato, tinha um delegado em exercício no navio sob o meu comando! Era demais!”, escreveu o comandante²⁷. Bierrenbach ainda ressaltou que:

[...] quando tomei conhecimento da existência dessa *malfadada* associação, por um ofício que teve a *ousadia* de me transmitir bem como aos demais comandantes de navios, interpelei o Estado-Maior da Armada, via Diretoria de Hidrografia e Navegação, sem obter qualquer resposta.²⁸

As palavras do oficial demonstram, até certo ponto, como os superiores receberam a criação da entidade. É possível afirmarmos, que, desde o início, a Marinha passou a acompanhar a rota daqueles marujos. Por alguns meses em 1962, o almirante José Carlos Gonçalves Caminha, que foi vice-diretor do

Centro de Inteligência da Marinha (Cenimar)²⁹, afirmou que, embora sua função fosse meramente administrativa, observava a “preocupação que o diretor, o então capitão de mar e guerra Roberto Teixeira de Freitas, tinha em relação à recém-fundada associação [...]”, acrescentando: “não tenho a menor dúvida de que o diretor do Cenimar manteve o Ministro da Marinha perfeitamente a par dos intuitos subversivos dos dirigentes da nova associação”³⁰.

Indiferente ao não reconhecimento da entidade por parte da Marinha, a AMFNB cresceu significativamente. Parte desse crescimento teve origem no descontentamento da marujada com o chamado plano de carreira³¹ e pela rigorosa legislação disciplinar a qual estavam submetidos. Outra ação responsável pelo rápido crescimento da entidade foi a organização de um eficiente departamento social, que, sob a coordenação de Érica Bayer In Roth, atraiu um número expressivo de novos associados³².

Em abril de 1963 foi realizada uma eleição, em que o marinheiro José Anselmo dos Santos, sergipano de nascimento e procedente da Escola de Aprendizizes-Marinheiros da Bahia – por ele cursada em 1958 – assumiu a presidência da entidade. O jornal da AMFNB divulgou, em maio de 1963, o resultado do processo eleitoral:

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil tem nova diretoria. Novo presidente: José Anselmo dos Santos, sufragado com 236 votos. Outros diretores: vice-presidente Marco [sic] Antônio da Silva Lima, com 189 votos; presidente do Conselho Deliberativo Antônio Duarte dos Santos, com 116 votos; Adilson Aquilino, secretário-geral, com 275 votos; e José Pinheiro Guimarães para tesoureiro-geral, com 242 votos.³³

Nota-se que pelo menos dois dos diretores eleitos obtiveram mais votos que o presidente. Segundo Pedro Viegas, um dos marinheiros responsáveis pelo jornal *A Tribuna do Mar*, Anselmo só se tornou presidente devido ao espaço deixado por três possíveis candidatos que não quiseram ou não puderam concorrer.

[...] a primeira preferência incidia sobre o *Neguinho* – Geraldo Costa –, que possivelmente seria um desastre no cargo. Fiel, honesto, leal e batalhador, sem dúvida. Só que por temperamento, era essencialmente um agitador. Como tal, ascender a dirigente máximo de um movimento, principalmente num momento delicado como aquele, era temerário [...]. Talvez por ter clareza desse seu lado vulnerável, ele próprio vinha trabalhando, com todo o vigor e crédito que havia conquistado nas bases, o nome de Antônio Duarte, que também não quis ser candidato. Aí [...] entrou Omena [Moacyr Omena de Oli-

veira] na linha sucessória, uma vez mais impulsionado pelo agitador *Neguinho*. Mas também Omena “pulou fora”, desvencilhando-se dessa hipótese [...] um dos argumentos que apresentou como saída, apoiando-se nos estatutos, foi o de que estava prestes a ser promovido a sargento, o que era verdade (por esses estatutos, a graduação máxima para uma candidatura à presidência da AMFNB era a de cabo).³⁴

A nova diretoria³⁵ trabalhou para a consolidação da organização e pelo reconhecimento da entidade por parte da Marinha. O vice-presidente, Marcos Antônio da Silva Lima, marinheiro paraibano afro-descendente, aparecia como um dos quadros de destaque na segunda diretoria. Anselmo relatou em entrevista a Percival de Souza que: “internamente, a associação também conhecia a disputa de excelência entre grupos políticos: o primeiro, ligado a mim, era mais moderado; o outro, mais radical, ligado a Marco [sic] Antônio, o vice-presidente da Associação”,³⁶ descrevendo Marcos como um jovem “enérgico e decidido”. Essa disputa interna na segunda diretoria é confirmada por inúmeras fontes. Em depoimento prestado em 9 de julho de 1964, ainda no calor dos acontecimentos, Avelino Capitani relatou:

[...] que notou haver uma grande divergência entre o presidente José Anselmo e o vice-presidente Marco [sic] Antônio, em virtude de este último querer manter uma linha política mais agressiva; que por várias vezes [...] Marco [sic] Antônio tentou derrubar o presidente José Anselmo; que entre os componentes da última diretoria seguiam o mesmo pensamento do vice-presidente [...] os marinheiros: José Duarte dos Santos, Antônio Duarte dos Santos, Adilson Aquilino, Raul Alves do Nascimento, Antônio Geraldo da Costa e o fuzileiro naval Edgard Aquino Duarte.³⁷

O fato é que a AMFNB não parou mais de crescer, tanto que as reuniões, antes realizadas na própria sede, passaram a acontecer em sindicatos e nos auditórios do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)³⁸. A associação também tinha um programa de cinco minutos na importante Rádio Mayrink Veiga³⁹. Enquanto isso, no topo da pirâmide hierárquica, o incômodo aumentava. O Cenimar continuava atento aos passos da AMFNB. De acordo com o almirante Eddy Sampaio Espellet – que em outubro de 1963 fora convidado pelo Ministro da Marinha, almirante Sylvio Motta, para trabalhar no Cenimar –, “naquela época, a grande preocupação do Cenimar era a Associação dos Marinheiros. Fundada em 1962, com fins recreativos e beneficentes, foi muito bem até março de 1963, quando foi eleita a nova diretoria, com o cabo Anselmo na presidência”⁴⁰.

Ainda segundo o almirante,

[...] para atrair os marinheiros, a associação conseguiu vantagens incríveis: dinheiro a fundo perdido do Ministério da Educação [...]; médicos que davam consultas de graça e, o que é mais importante, conseguiu em tempo recorde o seu reconhecimento como sociedade de interesse público por parte do Ministério da Justiça, o que é difícilimo de ser conseguido.⁴¹

Essas considerações de um observador privilegiado daquele contexto são bastante significativas para perceber toda a dinâmica que envolveu aquele período anterior a março de 1964. A associação, pelo exposto nas palavras do almirante, não era mais só dos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil. Era uma sociedade de interesse público. De todos os lados, os marujos passaram a ser percebidos.

O certo é que o sucesso da entidade junto aos marujos era inquestionável. O prestígio fica evidenciado através da implantação de sucursais nas cidades de Ladário – no atual Mato Grosso do Sul, sede do Sexto Distrito Naval –, Natal, Recife e Salvador⁴². A sucursal de Recife chegou a ganhar um terreno para a construção de sede própria, no bairro da Imberibeira, motivo pelo qual agradeceram ao governador Miguel Arraes⁴³.

A reação da Marinha viria na mesma proporção. A ofensiva da oficialidade ganhou corpo quando fuzileiros navais, integrantes da AMFNB, apareceram envolvidos na chamada Revolta dos Sargentos, ocorrida em Brasília em setembro de 1963, contra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que se pronunciou pela inelegibilidade do sargento Aymoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado estadual pelo PTB do Rio Grande do Sul⁴⁴. A participação de marinheiros e fuzileiros nessa revolta foi investigada por meio de um Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado no Comando Naval de Brasília⁴⁵. Esse fato iria desencadear forte reação das autoridades navais contra a atuação da entidade dos subalternos da Marinha. A quebra da hierarquia pelos subalternos não seria permitida.

Rota de confronto

O ano de 1963 foi singular em relação às lutas sociais no Brasil. No início do ano, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP). Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base⁴⁶. Formavam essa frente a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade

e Ação (PUA), entre outros. Jorge Ferreira engloba também as associações de subalternos das Forças Armadas como componente dessa frente, no nosso caso específico, a AMFNB. O presidente João Goulart, que havia chegado ao cargo depois de enfrentar a resistência dos três ministros militares⁴⁷ após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, teve de aceitar o sistema parlamentarista, tendo seus poderes limitados. A posse na presidência só foi possível em virtude da resistência organizada por Brizola no Rio Grande do Sul, denominada “Cadeia da Legalidade”. Ainda segundo Ferreira, “logo ao assumir o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base”⁴⁸. Somente em janeiro de 1963, depois de um plebiscito, João Goulart retoma seus poderes como chefe do Executivo no sistema presidencialista. A ascensão dos movimentos sociais foi tão intensa que “as greves duplicaram de 154 em 1962, para 302 em 1963”⁴⁹. As reformas não chegaram e as esquerdas passaram da euforia inicial “para a estratégia de pressionar o governo e de mobilizar os trabalhadores na rua”⁵⁰.

O embarque de marinheiros na cena política é parte desse contexto de aspirações e disputas políticas. Longe de serem ingênuos ou inocentes, eles vislumbravam naquele processo possibilidades de reformas na Marinha e com isso terem uma carreira de que pudessem se orgulhar verdadeiramente. Essa possibilidade de ganhos não pode ser descartada. É nesse ponto, relacionado a exigências específicas, que os conflitos aconteceram.

Em outubro de 1963, Sylvio Motta mandou abrir Inquérito Policial Militar⁵¹ contra a AMFNB para investigar a presença de quinze dirigentes da associação que haviam protestado, em assembleia geral extraordinária, contra as prisões do presidente (Anselmo) e do 2º vice-presidente (Capitani)⁵². A prisão da dupla aconteceu porque, no final de setembro, Anselmo e Avelino Capitani compareceram a uma solenidade festiva da nova diretoria da Associação dos Motoristas do Serviço Público. Os discursos foram considerados subversivos pelo Ministro Sylvio Motta, que determinou a prisão dos dois diretores⁵³. Na realidade, Motta esperava apenas um deslize da cúpula da AMFNB e, com isso, partir para a ofensiva. O argumento encontrado estava no artigo 144 do Código Penal Militar (CPM), que proibia militares de se pronunciar sobre assuntos políticos sem a devida autorização.

Os demais integrantes da diretoria programaram, sob o comando de Marcos Antônio, um ato de protesto a ser realizado no dia 1º de outubro na sede da entidade⁵⁴. Nessa altura, parte da imprensa carioca passou a acompanhar mais de perto aquele novo conflito envolvendo militares de baixa patente. Na fachada da sede oficial foi afixada uma grande faixa preta, em sinal de luto pelas prisões, e por deliberação da assembleia foi constituída uma

comissão, composta pelos cabos Adilson Aquilino, João Barbosa de Almeida, Antônio Geraldo Costa, Samuel Cristóvão Soares e o marinheiro Itamar Vieira Barreto, que foi à residência do ministro pleitear o relaxamento das prisões⁵⁵. Também como resultado daquela assembleia, foi divulgado o manifesto “Às autoridades e ao Povo”, em que esperavam:

[...] que o Exmo. Sr. Ministro da Marinha, compreendendo a situação criada pelos deturpadores da verdade, determine o relaxamento disciplinar [ilegível] aos dirigentes desta entidade, antes que sejam atingidos os objetivos daqueles que apenas visam a perturbação da [ilegível] e a intranquilidade da família brasileira.⁵⁶

Além de mandar abrir Inquérito Policial Militar (IPM), o ministro Motta determinou que “nenhum homem implicado no referido inquérito fosse reengajado ou matriculado em qualquer curso e transferido de sede [Rio de Janeiro], mantendo sobre os mesmos a maior vigilância”⁵⁷.

Em janeiro de 1964, as previsões não eram nada animadoras e a situação caminhou para um impasse. Procetas à vista na baía de Guanabara! O Inquérito Policial Militar (IPM) de outubro chegou ao fim, e o ministro determinou, no dia 20, a prisão de seis dirigentes que, por ocasião dos protestos de outubro, seriam os responsáveis pela mobilização e pela assinatura do manifesto. O general Assis Brasil e o almirante Aragão foram os principais representantes designados pelo presidente João Goulart para intermediar as conversas do ministro da Marinha com os subalternos⁵⁸. As tentativas não surtiram efeito.

No dia 26, os jornais divulgaram que dezesseis integrantes da AMFNB foram enquadrados no Código Penal Militar⁵⁹. A tensão aumentou e mais uma vez Aragão tentou ser o intermediário. No dia 27 ele compareceu a uma assembleia com cerca de 2 mil marinheiros, fuzileiros e ferroviários, onde afirmou que a entidade não seria fechada. Os marujos pediram o reconhecimento da AMFNB, melhor tratamento a bordo, oficialização do traje civil e permissão para estudar. Aragão se retirou, prometendo “fazer o possível para que a associação continuasse a prestar os seus serviços sociais a todos marinheiros e fuzileiros”⁶⁰.

Para o vice-presidente da AMFNB, Marcos Antônio, devido à publicidade dada à prisão de Anselmo em outubro e a essas reuniões em janeiro, começou a associação a ser procurada para contatos políticos, e ter o apoio de federações e sindicatos⁶¹.

No dia 1º de fevereiro, a agitação dos subalternos chegou às primeiras páginas dos jornais. Até então, o conflito vinha sendo divulgado em pequenas notas sem muita importância. O *Diário Carioca* dava destaque a

mais uma assembleia marcada para aquele dia. Dessa vez já contavam com a solidariedade do Comando Geral dos Sargentos (CGS) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁶². O evento foi realizado no Sindicato dos Rodoviários e os presentes exigiram a anulação do inquérito aberto em outubro. Os dirigentes afirmaram ainda que o estatuto já havia sido mudado em 21 de dezembro de 1963, retirando a questão da “classe”, por exigência do Ministro⁶³. De acordo com depoimento de Anselmo, por ter orientado a não realização daquele ato, o almirante Aragão rompeu relações com a diretoria da AMFNB⁶⁴.

Essa assembleia também foi caracterizada pelo grande número de sindicatos e associações que enviaram representantes. Presidida por José Anselmo e tendo Adilson Aquilino como secretário-geral, aquele ato contou com pelo menos 17 representantes de várias organizações, entre elas: a Associação dos Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros do Brasil; Associação dos Cabos e Soldados das Polícias Militares do Brasil; União Nacional dos Estudantes; e Sindicato dos Metalúrgicos do Estado da Guanabara, representado pelo deputado João Massena⁶⁵. No pronunciamento do presidente, a informação de que a sucursal da AMFNB em Ladário havia sido fechada “por portar um cartaz do monopólio integral da Petrobras”. José Raimundo da Costa, responsável pelo departamento educacional da entidade, usou o microfone para dizer que: “apesar da proibição de alguns navios, em não deixar que os marinheiros estudem, tem havido frequência em massa em nosso colégio”. José Inglês aproveitou a oportunidade para manifestar que, mesmo sem conseguir o desconto em folha por parte da Marinha, as arrecadações eram satisfatórias⁶⁶.

Os associados ainda aproveitaram a oportunidade para pedir a nomeação do almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, para chefe do Estado-Maior da Armada. Na reunião, o almirante Aragão foi assim lembrado: “tudo o que se podia fazer pela associação ele o fez”. Em um dos pronunciamentos mais exaltados, o cabo fuzileiro naval Walter Aragão disse: “[...] estamos em luta de vida ou morte. A luta não difere de [sic] trabalhadores e operários, porque todos temos o mesmo ideal”. No final da agitada reunião, foram encaminhadas para votação, e aprovadas por unanimidade, as seguintes reivindicações direcionadas ao Ministro da Marinha:

1. Anulação do processo em andamento.
2. Desconto em folha.
3. Revisão dos regulamentos.
4. Liberdades de expressões [sic] de pensamentos sem censura.
5. Cumprir os regulamentos quando [sic] à promoção.

Às autoridades governamentais:

1. Inclusão de cabos e soldados nos estudos quando for reformulado o C.V.V.M. [Código de Valores e Vencimentos dos Militares]
2. Direito de votar e ser votado.⁶⁷

Como resultado daquela reunião, a alta administração naval mandou abrir novo inquérito para apurar detalhadamente o que ocorrera naquele encontro⁶⁸. Para piorar ainda mais a crise, no dia 6 de fevereiro jornais divulgaram notícia da prisão do marinheiro José Alípio Ribeiro a bordo no cruzador *Barroso*, quando recolhia mensalidades junto aos tripulantes daquele navio⁶⁹.

Após esses acontecimentos, amplamente divulgados na imprensa, a AMFNB não mais passava despercebida. Vários agrupamentos políticos, das mais diversas orientações ideológicas das esquerdas, visualizaram no movimento dos marinheiros algo em que poderiam obter algum ganho político. Naquele contexto de confronto, qualquer apoio seria bem recebido, principalmente de um grupo tão numeroso quanto os marinheiros. Tanto o presidente João Goulart como Brizola, passando pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), até o Partido Comunista Brasileiro (PCB), podem ser enquadrados nesse exemplo.

No caso do presidente João Goulart, procurou dialogar e compreender as demandas dos marinheiros e fuzileiros navais. No auge da crise disciplinar na Marinha ocorrida em janeiro, o presidente Goulart determinou que o almirante Aragão intermediasse junto ao ministro Sylvio Motta “a suspensão da prisão de seis ex-diretores e o Inquérito Policial Militar contra os diretores atuais da associação”. Com essa medida, o presidente procurava “evitar a criação de um ambiente de desagregação nas Forças Armadas”⁷⁰. Posteriormente, durante conversa com seu ministro da Justiça, Abelardo Jurema, Goulart confidenciara que, “por várias vezes, recomendara ao ministro [da Marinha] evitar choques com a Associação dos Cabos e Marinheiros, e procurasse contornar, pois se o governo já não dispunha do almirantado, não poderia perder a simpatia dos inferiores”⁷¹.

O exemplo de Brizola é mais emblemático. Existia uma relação recíproca de apoio entre o deputado e os marinheiros. Sua proximidade com o almirante Aragão possibilitou, até, que fuzileiros navais formassem sua guarda particular. “Leonel Brizola, ao falar na televisão, muitas vezes aparecia com dois fuzileiros navais empunhando seus fuzis”⁷². Como líder mais radical das esquerdas naquele contexto, os discursos do ex-governador na Rádio Mayrink Veiga eram ouvidos assiduamente pelos marujos. A AMFNB conseguira também, na mesma rádio, um programa dominical de quinze minutos, em que divulgava as realizações da entidade e se pronunciava sobre assuntos políticos⁷³.

No final de 1963, Brizola lançou os “Grupos de 11”, visando transformar esses grupos em um partido revolucionário. Esse futuro partido teria um núcleo armado, formado por oficiais nacionalistas, sargentos e marinheiros, segundo Paulo Schilling⁷⁴. Outro dado interessante é que o jornal de Brizola, *O Panfleto*, era muito lido pelos subalternos da Marinha. “Uma banca de jornal, próxima ao Arsenal da Marinha, chegou a vender seis mil exemplares de uma edição”⁷⁵. Exemplo emblemático que reforça a existência dessa relação foi o fato de que, poucos dias antes do golpe, um grupo de cerca de cem marinheiros se dirigiu à residência de Brizola e manifestou apoio à sua ida para o Ministério da Fazenda⁷⁶.

No dia 19 de fevereiro de 1964, as centrais sindicais, sob a coordenação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), lançaram convocação para um comício a ser realizado no dia 13 de março, o famoso Comício das Reformas⁷⁷. Entre os temas em pauta estava a exigência da “extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos [...]”⁷⁸. Era mais um sinal inquestionável de que as reivindicações dos marinheiros tinham saído da esfera interna da instituição e já faziam parte da calorosa agenda política nacional dos idos de março daquele ano, recebendo o apoio do principal órgão sindical da época, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Pelo menos quatro integrantes de destaque do CGT estariam presentes na futura assembleia dos marinheiros do dia 25 de março. São eles: Hércules Corrêa, Dante Pelacani, Oswaldo Pacheco e Paulo de Mello Bastos.

No dia do comício, fuzileiros navais e a Polícia do Exército (PE) formavam a guarda especial que dava proteção ao Presidente da República. Ouviram os calorosos discursos e se identificaram ainda mais com aquelas propostas, especialmente a reforma agrária; pensavam eles que suas famílias, ainda morando nos rincões mais longínquos do interior do país, poderiam se beneficiar daquelas medidas. Aquelas palavras do presidente seriam lembradas poucos dias depois, em outra missão que os fuzileiros teriam de cumprir no dia 26 de março⁷⁹.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) possuía alguns quadros na AMFNB. Pelo menos quatro integrantes do partido militavam também na associação. De acordo com o marinheiro Antônio Duarte, presidente do conselho deliberativo na segunda diretoria, os marinheiros José Athaide, José Raimundo, João Ataliba e o cabo Humberto, integravam um quadro experiente do partido e se constituía numa grande referência para a marujada. Duarte ainda não esquece de frisar a “coincidência” na data de fundação do PCB e da AMFNB, 25 de março⁸⁰. Outra fonte que indica a aproximação do PCB com os marinheiros é o depoimento do cabo Antônio Geraldo Costa. Ele, que por duas vezes exerceu a função de vice-presidente da associação, relatou que no começo de 1964 foi procurado por Marcos Antônio, que lhe informou

que tinha sido convidado para entrar no PCB e estendeu o convite a Antônio Geraldo. No referido depoimento, Geraldo afirmou que não aceitou o convite e por esse motivo sentiu uma campanha dentro da associação com o objetivo de tachá-lo de espião do serviço secreto da Marinha⁸¹.

Essa relação do PCB com membros da AMFNB se fará presente no discurso do marinheiro Anselmo do dia 25 de março de 1964. No entanto, a nosso ver, essa presença de quadros do “Partidão” não significa que a entidade fosse um braço dos comunistas, como quis associar posteriormente a Marinha. Passava de 15 mil o número de sócios, um agrupamento daquele tamanho reunia uma diversidade enorme de crenças, valores e ideologias.

A rebelião

Em março de 1964, a entidade dos marujos e fuzileiros comemoraria seu segundo aniversário. Uma série de atividades foi programada e tudo seria coroado com um grande baile no dia 25, com o anúncio de que o presidente João Goulart se faria presente. Durante uma semana, aconteceram numerosos eventos, entre eles a encenação de peças teatrais no Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) – aos quais os marinheiros e fuzileiros compareceram com suas esposas e namoradas – e uma visita à refinaria da Petrobras em Duque de Caxias. No dia 23, o Ministro da Marinha determinou a prisão de doze diretores da AMFNB, por terem participado de uma reunião no Sindicato dos Bancários, ocorrida três dias antes, na qual Anselmo protestou contra o almirante Motta⁸². Essa reunião foi realizada devido ao cancelamento da visita à Petrobras, feito pelo general Osvino Ferreira Alves, presidente da estatal, alegando problemas de saúde. O que ocorreu foi que o ministro Sylvio Motta soubera antecipadamente da visita e intercedeu junto ao general para que o evento não ocorresse⁸³. No dia seguinte, seis marinheiros foram localizados e presos. Era 24 de março.

Naquele dia, o *Jornal do Brasil* trouxe uma pequena chamada na capa: “Política expulsa 36”. A notícia trazia a informação de que tinha sido decidida a expulsão de trinta marinheiros e que o almirante Sylvio Motta decretou a prisão de José Anselmo dos Santos e ainda mandaria recolher à prisão os demais dirigentes da associação. “O presidente da associação foi o único que se manifestou na assembleia dos Securitários e espera-se sua expulsão, uma vez que já foi enquadrado várias vezes no capítulo disciplinar”⁸⁴. O jornal *O Globo* trouxe uma pequena nota: “Serão presos hoje os marinheiros que fizeram manifestação subversiva”⁸⁵.

No mesmo dia, a sede da associação foi invadida por uma guarda de fuzileiros navais que procuravam cumprir os mandados de prisão contra os diretores que ainda estavam livres, inclusive Anselmo⁸⁶. Ainda naquela

véspera de aniversário, houve uma reunião na casa de Leonel Brizola em que foi discutido o apoio aos marinheiros. De acordo com Moacyr Félix, “o clima era tumultuado, com debates acalorados”⁸⁷. Entre os presentes, Miguel Arraes, Almino Afonso, Max da Costa Santos, Paulo Schilling e Ênio Silveira. No final da reunião, decidiu-se não apoiar o evento comemorativo dos marinheiros, contrariando posição de Brizola e Max da Costa Santos, que eram a favor do ato. No dia seguinte, data da “festa”, o clima amanheceu quente. Mar agitado, mar de marinheiro⁸⁸. A associação distribuiu, clandestinamente, panfletos nas organizações militares com o chamamento para a memorável concentração:

Marinheiros e fuzileiros

Nossa entidade vive num [sic] momento histórico, mais uma vez a cúpula da MARINHA investe contra nós, tentando frear a nossa marcha pelas [reformas?] de estruturas e pela libertação do nosso povo. Vamos dar um apoio total à nossa diretoria comparecendo à grande assembleia de hoje, 25 de março, com a *presença do Exmo. Sr. Presidente da República*. Mostraremos a nossa inquebrável [unidade?] nesta memorável concentração em massa, quarta-feira, hoje, às 19:00 horas, no Palácio dos Metalúrgicos. Rua Ana Nery, 152 – Pedregulho.⁸⁹

O cenário na manhã do dia 25 era de suspense e angústia. De acordo com o *Correio da Manhã*, estavam presos os seguintes diretores: Avelino Capitani, Adilson Aquilino, Celso Carlos da Silva, João Ataíde Gomes, Raul Alves Nascimento Filho e José Duarte dos Santos. Foragidos: José Anselmo dos Santos, Marcos Antônio da Silva Lima, cabo Antônio Geraldo da Costa, Ronaldo Gomes de Araújo, Jorge Santana e marinheiro Antônio Duarte dos Santos.⁹⁰

Foi nesse mar tenso, agitado, que os marinheiros reuniram-se no dia 25 de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Embora o presidente João Goulart não tenha comparecido, várias figuras de destaque político na esquerda marcaram presença; eram os engravatados, os paisanos. Auditório cheio, vários representantes dos praças de outras corporações militares – inclusive de associações que os próprios marinheiros ajudaram a fundar – se fizeram presentes⁹¹.

O marinheiro Paulo Conserva, delegado da AMFNB no cruzador *Tamandaré*, depois de se pronunciar, entregou a placa oficial do aniversário ao presidente Anselmo⁹². Discursos se sucederam. Nas centenas de depoimentos constantes no Inquérito Policial Militar (IPM) aberto para investigar aquela assembleia⁹³, vários oradores foram destacados. Entre eles, o deputado Hércules Corrêa, membro do PCB e exercendo mandato pelo PTB – visto que o “Partidão”

encontrava-se na ilegalidade. Hércules era figura de destaque no sindicalismo radical. Discursou também Oswaldo Pacheco, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), afirmando naquela ocasião que detinha o poder de parar o Brasil⁹⁴. Outra fala lembrada foi a de Dante Pelacani, também do CGT. Outras figuras de destaque eram: o padre Alípio Freitas, ligado à Ação Popular (AP)⁹⁵; Zilda Maria, representante da Liga Feminina; e o representante do presidente da República, o deputado Max da Costa Santos⁹⁶, que, no início do ano, escrevera no jornal *Panfleto*: “insistir na conciliação é fugir à luta, é debilitar o ânimo do povo [...], a hora da conciliação já passou”⁹⁷. Eram personagens das várias faces das esquerdas naquele contexto. Segundo Paulo Schilling, ao se referir às organizações presentes no sindicato, “naquele momento a unidade das esquerdas tinha sido restabelecida”⁹⁸.

Além das figuras de destaque que compareceram, uma presença não passou despercebida. Era a do grande líder dos marinheiros de 1910, o “Almirante Negro” João Cândido, que havia sido descoberto pelos marujos morando em condições precárias na periferia de São João de Meriti, fato esse que fez com que a associação lhe fornecesse uma aposentadoria de um salário mínimo por mês.⁹⁹ A presença de João Cândido no evento era o elo simbólico e real entre as duas gerações de marujos. O “fantasma” de 1910 ainda rondava a Guanabara. Mais uma vez, o Dragão do Mar reapareceu.

O presidente José Anselmo fez seu discurso, que, segundo ele, contou com a colaboração de Carlos Marighella, deputado do PCB – que tornaria-se posteriormente um dos grandes quadros da esquerda armada – na elaboração do texto¹⁰⁰. Em sua obra memorial, Antônio Duarte, um dos componentes da mesa durante a assembleia e descrito por Anselmo como o marinheiro que o levou para a associação, confirmou essa versão¹⁰¹.

Enfim, a AMFNB saiu da defensiva, posição que vinha sendo característica desde os acontecimentos de outubro de 1963, e tomou uma posição radical de reivindicações. Eram elas: reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha; não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da AMFNB; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares [...]; estabilidade para cabos, marinheiros e fuzileiros; e ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de protesto de Brasília¹⁰². Naquela altura, já se tinha anunciado a prisão de seis dirigentes da associação e os presentes decidiram que, em solidariedade aos companheiros detidos, se apresentariam presos na segunda-feira. O marinheiro Otacílio dos Anjos Santos, ressaltando que a maioria não teria onde ficar todos aqueles dias, já que grande parte morava a bordo das embarcações, sugeriu que todos ficassem no sindicato até o dia marcado para a apresentação. A proposta foi aceita¹⁰³. O cabo Cláudio Ribeiro, ajudando a esquentar ainda mais o clima, propôs que a assembleia permanente se prolongasse até que a AMFNB fosse

reconhecida pela Marinha. O Palácio de Aço¹⁰⁴ “pegou fogo” e o aniversário, podendo ser chamado também de encontro das esquerdas, se transformou em rebelião dos marinheiros. Segundo o coronel Kardec Lemme, Carlos Marighella, ainda no PCB, telefonou para ele e disse: “Kardec, vem para o Sindicato dos Metalúrgicos. Aqui está se decidindo o destino do Brasil”¹⁰⁵.

Ainda naquela madrugada, o ministro Sylvio Motta foi informado sobre a decisão dos marujos. Antes do amanhecer, determinou Regime de Prontidão Rigorosa em toda a Marinha e chamou o almirante Aragão ao seu gabinete, ordenando-o que fosse ao sindicato e transmitisse a informação aos marinheiros. O Regime de Prontidão foi uma maneira encontrada pelo ministro de “forçar” o regresso dos marujos para as unidades militares. O não cumprimento daquela ordem enquadraria os marinheiros em “crime de insubordinação”¹⁰⁶. Ao receber a ordem pessoalmente do almirante Aragão no amanhecer do dia 26, os marinheiros, reunidos em plenário, reafirmaram que o regresso ficaria condicionado ao reconhecimento da AMFNB e à anulação das punições impostas aos membros da associação¹⁰⁷. Após consulta ao ministro e sua negativa em aceitar qualquer exigência, o comandante dos Fuzileiros Navais recebeu ordens de preparar uma tropa para desalojar os “amotinados”. Aragão se recusou a cumprir a missão e pediu exoneração do cargo. Seu subcomandante, almirante Washington Frazão Braga, o acompanhou. A operação ficou a cargo de outro fuzileiro naval, o almirante Luiz Phelippe Sinay, sendo a Companhia de Polícia do Corpo de Fuzileiros Navais designada para a execução da ação, contando ainda com o apoio do Exército. A ofensiva foi marcada para às 9h15 daquela quinta-feira¹⁰⁸.

Enquanto os acordos militares aconteciam, as negociações políticas eram realizadas. Membros do CGT, principalmente os deputados Hércules Corrêa e Demístocles Batista, atuavam como intermediários em três frentes: os marinheiros, a presidência da República – representada nesse momento pelo chefe da Casa Civil Darcy Ribeiro – e o Ministro da Marinha¹⁰⁹. Até aquele momento, com o presidente João Goulart em São Borja, a decisão estava com o almirante Motta. Estando ele pressionado pelo almirantado [espécie de conselho formado pelos almirantes de esquadra, que possuem quatro estrelas], não abria mão da ação militar dos fuzileiros navais. Assim, os homens do “gorro de fita escocesa”¹¹⁰ deixaram o Quartel Central da Ilha das Cobras para cumprir aquela missão.

A honra reinventada

Na hora marcada chegaram os fuzileiros navais. Dentro do sindicato uma agitação tomou conta dos rebelados. Alguns se dirigiram ao portão de entrada e começaram a gritar para os componentes da tropa: “Nossa causa é

justa e pacífica, entrem e fiquem solidários conosco, sejam patriotas, temos certeza que vocês, fuzileiros, não nos trairão.”¹¹¹ De repente, nos alto-falantes do Palácio de Aço, ouvem-se acordes de um hino muito conhecido dos militares daquela tropa. A letra falava de “um povo heroico”, “sol da liberdade”, “igualdade”, “amor e esperança”. Os rebelados formaram um coro improvisado e o som do Hino Nacional brasileiro ultrapassou os capacetes da tropa dos fuzileiros navais. Eles estavam ali, no limite da honra. Entre cumprir a missão de soldados disciplinados, adestrados, docilizados, e quebrar as regras, romper com os dogmas, explodir a hierarquia.

O inesperado aconteceu. O soldado Raimundo Nonato Barbosa, sem receber ordens, resolveu invadir o sindicato. Mas foi uma invasão diferente. É que segundos antes de romper o terreno “inimigo”, ele despojara-se de sua arma, de seu capacete e de sua munição. Aos prantos, emocionado pela canção que ecoava do interior do prédio, ele resolveu aderir ao movimento¹¹². Não sabia ele que aquela atitude motivaria seus colegas de tropa. Como se estivessem cumprindo uma ordem, um a um repetiu o gesto rebelde. O limite da honra foi ultrapassado, ressignificado. O que seria honra naquele momento para os soldados?

Ao todo, 26 fuzileiros deixaram para trás os regulamentos, os manuais militares e o poder de fogo de suas metralhadoras Ina¹¹³, deixadas na calçada desfalecidas, desvalidas¹¹⁴. Os oficiais e sargentos que comandavam as tropas não acreditaram no que estavam vendo. Ficaram parados, perplexos, atônitos. Como agir diante daquela situação? Certamente aquilo não estava nos manuais de combate.

Dentro do sindicato, explosão de euforia, lágrimas, gritos, abraços. A “Revolução estava no ar”, pensaram os militantes da esquerda mais radical¹¹⁵. Os demais membros da tropa regressaram ao Quartel Central dos fuzileiros navais. O ministro Sylvio Motta não desistiu da operação e preparou nova ofensiva, dessa vez a cargo do Batalhão Riachuelo, tropa operativa sediada na Ilha do Governador. Mais uma vez o apoio do Exército foi solicitado e a invasão do sindicato, planejada nos mínimos detalhes.

À tarde, todo o quarteirão foi cercado. Nove choques e doze tanques foram utilizados para tal fim¹¹⁶. Tropas da Polícia do Exército (PE), sob o comando do coronel Ventura, fizeram o isolamento da área. Entretanto, após entendimentos entre o chefe da Casa Civil da Presidência, Darcy Ribeiro, o general Moraes Âncora, o ministro da Justiça Abelardo Jurema e o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Anísio Botelho, a invasão foi suspensa¹¹⁷. Nenhuma decisão deveria ser tomada sem a ordem do presidente João Goulart, que retornaria de São Borja para resolver o conflito¹¹⁸. Todo o dia 26 foi tomado por intensas negociações. Um helicóptero da Marinha e um avião sobrevoaram o

sindicato¹¹⁹. A rua Ana Nery ficou repleta de curiosos e familiares dos rebeldes, que levavam mantimentos e cigarros para a marujada.

As tensas conversas continuaram. O ministro do Trabalho, Amauri Silva, também participou do processo que tentava um acordo. No Palácio de Aço, durante a noite, membros da União Nacional dos Estudantes (UNE) encenaram uma peça teatral com o intuito de distrair e apoiar psicologicamente os “amotinados”¹²⁰. Na madrugada, o presidente João Goulart chegou e assumiu as negociações.

Confrontos no Arsenal: os motins nos navios

Na manhã seguinte, um novo episódio iria trazer mais comoção aos rebeldes do Palácio de Aço. Cerca de duzentos marinheiros se deslocavam do interior do Arsenal de Marinha, na Praça Mauá, em direção ao sindicato, onde pretendiam apoiar seus colegas de farda. Vinham em caminhada, entoando o Hino Nacional e conduzindo a bandeira do Brasil. Antes de chegarem ao portão principal, tiros foram disparados por oficiais e fuzileiros que estavam posicionados em lugares estratégicos nos prédios que compõem aquele complexo naval. Mesmo assim continuaram a marchar. O capitão de fragata Rafael de Azevedo Branco avançou sobre eles e tentou arrancar a bandeira das mãos dos marujos. Alguns caíram na água e conseguiram escapar¹²¹; outros tentaram reagir, mas a maioria recuou e voltou para os navios. Durante os confrontos, o fuzileiro naval Osvaldo Inácio Cunha ficou sem seu fuzil, arrancado de suas mãos. Osvaldo ainda conseguiu retirar o carregador, mas uma munição ficou na arma. Horas depois o armamento foi encontrado, abandonado no Arsenal¹²². Uma prova de que os marinheiros não tinham objetivo de usar armas em suas reivindicações.

Ainda como saldo daquele episódio: três marinheiros feridos pelos disparos¹²³ e oito militares presos. Entre os detidos, o soldado Manoel Nazareno Fernandes, por ter-se recusado a disparar contra seus companheiros¹²⁴. Entre os que caíram na água, um conseguiu chegar ao Sindicato dos Metalúrgicos. Ainda molhado e após ser medicado devido ao estado emocional no qual se encontrava, Alcides dos Santos Souza, conhecido por seus colegas como Charuto, relatou à diretoria da AMFNB o que ocorrera no arsenal. A notícia de que seus colegas tinham sido atingidos por tiros causou grande comoção nos marinheiros e fuzileiros rebelados. Mais uma vez, “revolta, choro e desespero geral”, nas palavras do soldado Raul José Levanhagem¹²⁵.

Os conflitos no Arsenal de Marinha não se resumiram a esse enfrentamento. Nos navios, agressões mútuas entre oficiais e praças e vários episódios de rebeldia, até mesmo com sabotagens, disparos e mais gente caindo na água. No cruzador *Tamandaré* marinheiros foram impedidos de deixar

a embarcação por disparos de metralhadora efetuados pelo tenente Roberto Olívio Nunes. Durante mais esse confronto, o capitão-tenente Ricardo Ramos Barbosa Amorim caiu na água¹²⁶. Durante o inquérito aberto para apurar os fatos, surgiu a informação de que a caldeira tinha sido sabotada¹²⁷. No navio *José Bonifácio* foram encontradas estopas dentro das válvulas das caldeiras, que impediam o acendimento do navio¹²⁸.

No aviso oceânico *Bauru*, o leme foi sabotado e desapareceram teclas dos gatilhos de três canhões. Em inquérito aberto na 1ª Auditoria de Marinha, foram denunciados 18 militares daquele navio por práticas de delitos e “atos de amotinação e revolta contra as autoridades navais”¹²⁹. O cabo João Alves do Carmo, um dos fundadores da AMFNB, foi denunciado como responsável por ter tirado peças de um dos canhões do navio, deixando-o inoperante, e o cabo Gildo de Albuquerque Silva, como responsável pela avaria no maquinismo do leme¹³⁰.

No contratorpedeiro *Pernambuco*, que também tentara suspender, 26 marujos foram denunciados por não terem cumprido ordens no dia 27 de março para desatracar o navio. O capitão de corveta Luís Carlos Cordeiro Guerra, que empunhava um rifle Winchester, deu voz de prisão ao grumete Ronaldo Saldanha por ter desobedecido a ordem de soltar as espias. Em seu depoimento, o marinheiro afirmou que estava fora de si quando descumpriu a ordem do comandante¹³¹. Ainda no *Pernambuco*, o marujo Francisco Assis Oliveira recusou-se a executar procedimentos de desatracação do navio, desafiando:

Comandante! Eu não vou, ninguém vai. O senhor pode perguntar aos meus colegas, eles também não vão.¹³²

É importante ressaltar que todos esses episódios ocorridos no Arsenal de Marinha não vieram a lume naqueles dias, não foram divulgados pelos jornais e não constam em nenhuma obra historiográfica, exceto o caso do marinheiro Charuto que chegou molhado ao sindicato. Esses acontecimentos ampliam significativamente o sentido daquele movimento. O conflito foi muito mais intenso na terra e no cais.

No dia seguinte o presidente João Goulart nomeou o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues para o cargo de ministro da Marinha. Ao serem soltos do Batalhão de Guardas do Exército, os marujos se encontraram com os almirantes Cândido da Costa Aragão e Araújo Suzano. Ambos foram erguidos nos ombros da marujada, o que levou a oficialidade da Marinha a se reunir no Clube Naval e se “rebelar” contra o presidente da República através de notas ofensivas divulgadas na imprensa¹³³. Dois dias depois, o general Olympio Mourão largou com suas tropas de Minas Gerais e consumou o Golpe de 1964.

Em diversas obras sobre o contexto político em questão, incluindo depoimentos de militares, não é raro encontrar a interpretação de que o movimento dos marinheiros foi decisivo no resultado do desfecho político de março de 1964¹³⁴. Para Alzira Alves Abreu, analisando o papel da imprensa na queda do presidente João Goulart,

[...] a Revolta dos Marinheiros, liderados pelo cabo Anselmo [...], precipitou os acontecimentos. Os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional começaram, agora claramente, a pedir a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da hierarquia militar.¹³⁵

Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho,

A crise na Marinha mudou o foco do processo político. Em vez de um enfrentamento entre projetos políticos, entre reforma e contrarreforma, uma luta entre os defensores da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas e os que desejavam subverter esses valores. Um desastre político para Jango [presidente João Goulart] e para as forças reformistas, cujo dispositivo militar começou a ruir.¹³⁶

Nos dias seguintes ao golpe, iniciou-se o processo de “limpeza” política do país. Com o general Castelo Branco sentado na cadeira da Presidência, os rebeldes marinheiros, ao lado de várias pessoas que apoiaram o presidente João Goulart, apareceram entre os primeiros alvos. Afinal, eles eram os herdeiros do Dragão, continuadores do legado de 1910, e naufragaram junto com Goulart. A AMFNB seria dissolvida e deixaria de existir em pouco tempo. Iniciava-se assim um novo período de mudanças e rupturas radicais na vida daqueles marinheiros. Expulsos, desempregados, muitos condenados a anos de prisão, outros no exílio; além de tudo, tiveram de amargar por vários anos a traição do cabo Anselmo.

Mais de 1.500 vítimas da ditadura militar, inclusive os rebeldes dos navios, foram silenciados da história recente do país. Apenas um traidor, fez mais “sucesso” junto ao respeitável público. Por quê? Essa história precisa ser mais visitada e investigada para o bem da memória e da história do país.

RESUMO

O artigo discute a rebelião de praças ocorrida na Marinha de Guerra do Brasil em março de 1964. Nesse sentido, analisam-se as principais causas e reivindicações da rebelião; os acontecimentos no Arsenal de Marinha e nos navios; as participações de atores políticos, assim como a ideia de que o acontecimento

foi o estopim para o golpe. Nosso principal objetivo é apresentar outros personagens que tiveram suas trajetórias de vida silenciadas em virtude do foco exagerado dado a um único personagem, vulgo cabo Anselmo.

PALAVRAS-CHAVE

Rebelião; Marinheiros; Golpe de 1964.

ABSTRACT

The article discusses the rebellion of squares occurring in the Navy of Brazil in March 1964. Accordingly, we analyze the main causes of the rebellion and claims, the events in the Navy and ships, the participation of political actors and the idea that the event was the trigger for the coup. Our main goal is to introduce other characters who had their life histories silenced because of the exaggerated focus given to a single character, aka *sailor* Anselmo.

KEYWORDS

Rebellion; Sailors; the 1964 Coup.

NOTAS

¹ Em 1974 Elis Regina gravou música composta por João Bosco e Aldir Blanc intitulada “O mestre-sala dos mares”. A canção era uma homenagem a João Cândido e a expressão “o dragão do mar reapareceu” era uma alusão ao jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento, que em 1884 rebelara-se contra o embarque de escravos no Ceará e por isso ganhou o apelido de “Dragão do Mar”. Ver: <www.acordacultura.org.br>. Acesso em 12 fev. 2009.

² Doutorando em história social na Universidade Federal Fluminense (UFF). Autor da Dissertação *Todo o leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar do Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*, defendida no primeiro semestre de 2010 na mesma instituição. Esse texto é uma versão resumida e modificada do primeiro capítulo do referido trabalho. Contato do autor: andersonhistoriauff@gmail.com.

³ MOREL, Edmar, *A Revolta da Chibata*. 2. ed., Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963. Ver também NASCIMENTO, Álvaro P., *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.

⁴ A partir de 1960 entrou em atividade a Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/eames/historico.htm>>. Acesso em 13 mar. 2009. A Escola da Bahia funcionou até o ano de 1973. Cf. BARRETO NETO, Raul C., *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Santo Antônio de Jesus, 2009, p. 14.

⁵ BRASIL, Decreto n. 44.061, de 23 de julho de 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Capítulo III; artigos 17 e 18. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174987>>. Acesso em 2 nov. 2008.

⁶ Relatório do Ministro da Marinha, 1959, p. 13. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>. Acesso em 5 out. 2008.

⁷ BRASIL, Decreto n. 44.061, de 23 de julho de 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Capítulo III, artigos 17 e 18. Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174987>. Acesso em 2 nov. 2008.

⁸ BRASIL, Relatório do Ministro da Marinha, 1959, p. 35. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>>. Acesso em 5 out. 2008.

⁹ Operação Anfíbia é aquela em que uma corporação militar projeta-se à terra a partir do mar.

¹⁰ BRASIL, Decreto n. 28.880, de 20 de novembro de 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Capítulo I, artigo 4. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=107488>>. Acesso em 31 jan. 2009.

¹¹ Depoimento do Fuzileiro Naval Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09/11/2008.

¹² O juramento é o ritual que caracteriza a incorporação de todos os militares na instituição, inclusive os oficiais. Só após essa cerimônia é que eles são considerados militares, deixando a condição de alunos. Ver DUARTE, Antônio, *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005, p. 114.

¹³ Os taifeiros possuíam uma associação denominada Associação dos Taifeiros da Armada (ATA). Os que ingressavam como aprendizes-marinheiros sentiam-se superiores aos *conscritos*. Depoimento de Dilson da Silva ao autor. Rio de Janeiro, 06/11/2008.

¹⁴ O conceito de corpos dóceis é utilizado por Michel Foucault ao analisar a questão da disciplina nas instituições autoritárias. Cf. FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23. ed., Petrópolis: Vozes, 2000, p. 117-121.

¹⁵ Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Tamandaré, é o patrono da Marinha. Na data de seu nascimento, 13 de dezembro, é comemorado o Dia do Marinheiro.

¹⁶ A legislação referida está resumida no seguinte conjunto normativo: Decreto-Lei n. 9.698/1946, Estatuto dos Militares; Decreto n. 38.010/1955, Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM); Decreto-Lei n. 6227/1944, Código Penal Militar; Decretos ns. 44061/1958 e 205/1961, Regulamentos do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada; Decreto n. 28.880/1950, Regulamento do Corpo de Subalternos do Corpo de Fuzileiros Navais.

¹⁷ Como o movimento contou com a participação de cabos, marinheiros, fuzileiros e grumetes, chamá-lo apenas de “rebelião dos marinheiros” não dá conta de toda sua diversidade. Os uniformes possuem diferenças; a faixa etária também varia,

principalmente em relação aos cabos, que são mais velhos. Dessa forma, a única característica comum entre esses escalões hierárquicos é o uso do sapato preto, já que ao passar para a graduação de sargento, simbolicamente, o sapato e o cinto, nos principais uniformes, são trocados pelos de cor branca.

¹⁸ Exposição de motivos do Ministro da Marinha, Ernesto de Mello Batista, em 16/11/1964. *Apud* RODRIGUES, Flávio L., *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 179.

¹⁹ BRASIL, Relatório do Ministro da Marinha, 1959, p. 35. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>. Acesso em 5 out. 2008.

²⁰ Depoimento de Raimundo Porfírio Costa ao autor. Rio de Janeiro, 08/12/2008.

²¹ Biblioteca Nacional (BN), *O Globo*, 10/12/1962, p. 4.

²² Universidade de Campinas (Unicamp), Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Coleção Brasil Nunca Mais (BNM) 149, folhas 1.123-1.125. Depoimento de Romualdo Ventura Pontes.

²³ Ofício do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada em 03/08/1963. *Apud* RODRIGUES, Flávio L., *op. cit.*, p. 175-178.

²⁴ Clube Naval; Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha; e Associação dos Taifeiros da Armada, respectivamente.

²⁵ BIERRENBACH, Júlio S., *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996, p. 124. Nota do autor: Essa obra é uma rara referência sobre o ponto de vista de um oficial da Marinha sobre o período em questão. O *silêncio* do alto escalão da Marinha foi destacado na trilogia sobre a memória militar. Cf. D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.), *Visões do Golpe: a memória militar de 1964; Os anos de chumbo; e A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*, todos publicados pela editora carioca Relume-Dumará, os dois primeiros em 1994 e o último em 1995.

²⁶ BIERRENBACH, J. S., *op. cit.*, p. 124 (grifo do original).

²⁷ *Ibidem*, p. 125.

²⁸ *Ibidem*, p. 151 (grifos meus).

²⁹ De acordo com Samantha Viz Quadrat, a Marinha possui o mais antigo serviço de inteligência das Forças Armadas. Em 1947, foi criado o Serviço Secreto da Marinha (SSM), subordinado diretamente ao ministro da Força. No ano de 1955, o SSM foi transformado em Serviço de Informações da Marinha (SIM) e passou a integrar a estrutura do Estado-Maior da Armada (EMA). O Centro de Informações da Marinha, o Cenimar, só foi criado em 21 de novembro de 1957. Cf. QUADRAT, Samantha Viz, *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação de mestrado em história social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2000, p. 82-84.

³⁰ CAMINHA, João Carlos G., "Recordações e reflexões políticas de um militar apolítico". *Revista Marítima Brasileira*, v. 121, jan.-mar. 2001, p. 87.

³¹ O plano de carreira era assim estabelecido: grumete (GR) a marinheiro de 2ª classe (MN-2ª cL): um ano na graduação de grumete, comportamento: menos de 45 pontos perdidos na graduação; marinheiro de 2ª classe (MN-2ª cL) a marinheiro de 1ª classe (MN-1ª cL): um ano na graduação de MN-2ª cL, comportamento: menos de 40 pontos perdidos na graduação e habilitação profissional: ter obtido habilitação no estágio inicial (18 meses a bordo dos navios da Armada) e ter sido selecionado para curso de especialização; marinheiro de 1ª classe (MN-1ª cL) a cabo (CB): três anos na graduação de MN-1ª cL, comportamento: menos de quarenta (40) pontos perdidos na graduação, habilitação profissional e transferência: ter sido aprovado em curso de especialização e transferido para o quadro a ele correspondente; cabos a 3º sargento: dois anos na graduação de cabo, comportamento: menos de 30 pontos perdidos na graduação, habilitação profissional – (CB): ter obtido habilitação no estágio de especialização e ter sido aprovado em exame de habilitação à promoção realizado após o estágio, e aptidão para o mando: ter obtido informação favorável na graduação [...] de acordo com pareceres semestrais dado por oficiais. Fonte: BRASIL, Decreto n. 205, de 23 de novembro de 1961. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Cf. PEREIRA, Geraldo Emygdio (Redação), *LEX – Coletânea de Legislação*, ano XXV, tomo II. São Paulo: Lex, 1961, p. 166-187.

³² BN, *O Globo*, 27/03/2004, *Caderno Prosa e Verso*, p. 3.

³³ Unicamp, AEL, BNM, Anexos. *A Tribuna do Mar*, n. 6, maio de 1963, capa.

³⁴ VIEGAS, Pedro. *Trajatória rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 46-47 (grifos do original).

³⁵ A segunda diretoria tinha a seguinte composição: José Anselmo dos Santos, presidente; Marcos Antônio da Silva Lima, 1º vice-presidente; Avelino Capitani, 2º vice-presidente; José Pinheiro Guimarães, tesoureiro; Antônio Duarte, presidente do Conselho Deliberativo; Celso Carlos da Silva, 1º secretário; Ronaldo Gomes de Araújo, 2º secretário; Jorge Santana, diretor de esportes; Severino Nascimento, relações públicas. BN, *Correio da Manhã*, 25/03/1964, Segundo Caderno, p. 1.

³⁶ SOUZA, Percival de, *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999, p. 69-74.

³⁷ Unicamp, AEL, BNM, 508, Depoimento de Avelino Capitani.

³⁸ Unicamp, AEL, BNM, 508, Depoimento de Moacir Omena de Oliveira.

³⁹ SOUZA, Percival de, *op. cit.*, p. 77.

⁴⁰ Interessante perceber que o próprio almirante acaba “promovendo” Anselmo a cabo. É a força de uma memória que se estabeleceu.

⁴¹ ESPELLET, Eddy Sampaio, “O almirante Sylvio Motta e os acontecimentos de 31 de março de 1964”. *Revista Marítima Brasileira*, v. 114, out.-dez. 1994, p. 16.

⁴² Unicamp, AEL, BNM, Anexos, Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 01/02/1963.

⁴³ Unicamp, AEL, BNM, Anexos, folha 2.544, Panfleto assinado pela *Diretoria*, s/d.

⁴⁴ Em 12 de setembro, cerca de seiscentos militares da Marinha e da Força Aérea Brasileira (FAB), sob o comando do sargento da FAB Antônio Prestes de Paula, ocuparam vários pontos-chave da Capital Federal e levaram presos para a Base Aérea alguns oficiais. O Exército conseguiu debelar a revolta, tendo sido mortos o soldado fuzileiro naval Divino Dias dos Anjos e o motorista civil Francisco Moraes. Ver: PARUCKER, Paulo E. Castello, *Praças em pé de guerra: o movimento dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁴⁵ Na Marinha, foram denunciados 2 suboficiais, 27 sargentos, 9 cabos, 11 soldados, um marinheiro e um civil. Os sargentos José Gomes Bezerril, José Medeiros Dantas e José Conceição Dantas foram apontados como os líderes do movimento na Marinha. AEL, BNM, 692, Caixa 01.

⁴⁶ FERREIRA, Jorge, “O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil”. In ARAÚJO, Maria Paula; CASTRO, Celso; FICO, Carlos; QUADRAT, Samantha Viz et al. (Org.), *1964-2004: 40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 42.

⁴⁷ Sylvio Heck (Marinha), Odylio Denys (Guerra) e Grum Moss (Aeronáutica).

⁴⁸ FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 41.

⁴⁹ COES, Donald V., *Macroeconomic Crises, Policies, and Growth in Brazil – 1964-90*, p. 12. Apud GASPARI, Elio, *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 48.

⁵⁰ FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 44-45.

⁵¹ Esse IPM faz parte da Coleção BNM, e está catalogado sob o n. 210. AEL-Unicamp.

⁵² Unicamp, AEL, BNM, 149, Caixa 2, v. 4, folhas 1.370-1.374, depoimento do ministro Sylvio Motta.

⁵³ BN, *O Globo*, 01/10/1963, p. 6.

⁵⁴ BN, *Jornal do Brasil*, 01/10/1963, p. 4.

⁵⁵ BN, *Jornal do Brasil*, 06/02/1964, p. 5.

⁵⁶ Unicamp, AEL, BNM, Anexos, manifesto divulgado pela Diretoria em 01.10.1963.

⁵⁷ Unicamp, AEL, BNM, 149, Caixa 2, v. 4, folhas 1.370-1.374. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

⁵⁸ BN, *Jornal do Brasil*, 24/01/1964, p. 5. O jornal destaca Aragão como interlocutor e divulga o nome de cinco marinheiros que estariam presos: os cabos João Barbosa, Antônio Geraldo da Costa, José Alípio, Cosme Ribeiro e o 1^a classe José Duarte. Estariam processados: Marcos Antônio da Silva Lima, Antônio Duarte dos Santos, Adilson Aquilino, Edgar Duarte, José Joaquim Filho, Ordino Zulow, Raul Alves Nascimento, Celso Ramos, João do Carmo, José Inglês, Samuel Cristóvão, Severino Manuel do Nascimento e Ronaldo Gomes de Araújo. O *Diário Carioca* destaca como intermediário o general Assis Brasil. BN, *Diário Carioca*, 24/01/1964, p. 3.

- ⁵⁹ BN, *Jornal do Brasil*, 26/01/1964, p. 20.
- ⁶⁰ BN, *Jornal do Brasil*, 28/01/1964, p. 5.
- ⁶¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), Fundo Polícia Política, prontuário GB 2247, depoimento de Marcos Antônio da Silva Lima.
- ⁶² BN, *Diário Carioca*, 01/02/1964, capa e p. 3.
- ⁶³ BN, *Jornal do Brasil*, 06/02/1964, p. 5.
- ⁶⁴ Aperj, Fundo Polícia Política, prontuário 1183, depoimento de José Anselmo dos Santos.
- ⁶⁵ Unicamp, AEL, BNM, Anexos, Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/02/1964.
- ⁶⁶ *Idem*.
- ⁶⁷ *Idem*.
- ⁶⁸ BN, *Jornal do Brasil*, 07/02/1964, p. 5.
- ⁶⁹ BN, *Jornal do Brasil*, 06/02/1964, capa.
- ⁷⁰ BN, *Jornal do Brasil*, 24/01/1964, p. 5.
- ⁷¹ JUREMA, Abelardo, *Sexta-feira 13: os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964, p. 152.
- ⁷² FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 43.
- ⁷³ RODRIGUES, F., *op. cit.*, p. 100.
- ⁷⁴ SCHILLING, Paulo, *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*, v. 1. São Paulo: Global, 1979, p. 243.
- ⁷⁵ *Ibidem*, p. 88.
- ⁷⁶ *Diário de Notícias*, 29/03/1964. *Apud* MORAES, Dênis, *A esquerda e o Golpe de 64*. 2. ed., Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 118.
- ⁷⁷ REIS FILHO, Daniel A., *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 24. Segundo o autor, a realização desse comício foi o sinal do presidente Goulart de que iria partir para a ofensiva. Nele, o presidente João Goulart anunciou a assinatura de decretos expropriando pequenas refinarias particulares e a desapropriação de terras improdutivas ao longo dos eixos rododiferroviários, mediante indenização. *Ibidem*, p. 30.
- ⁷⁸ BASTOS, Paulo M., *A caixa-preta do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2006, p. 32-33.
- ⁷⁹ Entrevista de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09/11/2008.
- ⁸⁰ DUARTE, Antônio, *op. cit.*, p. 62-63.
- ⁸¹ Unicamp, AEL, BNM, 508, depoimento de Antônio Geraldo da Costa.

⁸² BN, *Última Hora*, 24/03/1964, p. 2.

⁸³ Unicamp, AEL, BNM, 149, caixa 2, v. 4, folhas 1.370-1.374, depoimento do Ministro Sylvio Motta.

⁸⁴ BN, *Jornal do Brasil*, 24/03/1964, capa e p. 5.

⁸⁵ BN, *O Globo*, 24/03/1964, p. 6.

⁸⁶ BN, *Última Hora*, 27/03/1964, p. 3.

⁸⁷ Entrevista de Moacyr Félix a Dênis de Moraes. Cf. MORAES, Denis, *op. cit.*, p. 101-102.

⁸⁸ *Mar de marinheiro* é o oposto de *mar de almirante*, que é um mar calmo, tranquilo, bom de navegar.

⁸⁹ Unicamp, AEL, BNM, Anexos, folha 2.542 (grifo meu).

⁹⁰ BN, *Correio da Manhã*, 25/03/1964, 2º Caderno, p. 1.

⁹¹ De acordo com Avelino Capitani, os marinheiros contribuíram para a organização das associações de subalternos da Polícia Militar da Guanabara e da Aeronáutica. Cf. CAPITANI, Avelino, *op. cit.*, p. 32.

⁹² CONSERVA, Paulo, *Navegando no exílio: memórias de um marinheiro*. Itaporanga: EGN, 1991, p. 66.

⁹³ Esse IPM encontra-se na Coleção BNM, catalogado sob o n. 149. Unicamp, AEL.

⁹⁴ Unicamp, AEL, BNM, 149, Caixa 1, v. 1, depoimento do marinheiro Agamenon dos Santos Filho.

⁹⁵ Criada em 1962, composta de cristãos progressistas ligados à Juventude Universitária Católica (JUC). Definiu-se como um movimento político, diferenciando-se de partido político. Condenava tanto o capitalismo quanto os países socialistas existentes na época. Cf. ARNS, Dom Paulo Evaristo (“Prefácio”), *Brasil Nunca Mais*. 35. ed., Petrópolis: Vozes, 2007, p. 100.

⁹⁶ Ainda estavam presentes à assembleia: deputado Sargento Garcia, Pereira Nunes, Avelino Gomes, generais Henrique Oest e Luiz Oliveira Leite, José Carlos Brando, representante do “Grupo dos Onze”, Ivani de Souza e representante da Polícia Militar. BN, *Correio da Manhã*, 26/03/1964, p. 2.

⁹⁷ SCHILLING, Paulo, *Como se coloca a direita no poder*, v. 1. *Os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979, p. 9, *apud* FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 47-48,

⁹⁸ SCHILLING, Paulo, *Como se coloca a direita no poder*, v. 2. *Os acontecimentos*. São Paulo: Global, 1979, p. 60.

⁹⁹ RODRIGUES, Flávio, *op. cit.*, p. 108.

¹⁰⁰ Entrevista de José Anselmo dos Santos a Percival de Souza. Cf. SOUZA, Percival de, *op. cit.*, p. 78-79.

¹⁰¹ DUARTE, Antônio, *op. cit.*, p. 55.

¹⁰² *Ibidem*, p. 174.

¹⁰³ Entrevista de Otacílio dos Anjos Santos ao autor. Rio de Janeiro, 03/12/2008.

¹⁰⁴ Nome como era conhecida a sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.

¹⁰⁵ MORAES, Denis de, *A esquerda e o Golpe de 64*. 2. ed., Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 103. Nota do autor: não encontramos qualquer informação de que Carlos Marighella tenha estado presente no sindicato.

¹⁰⁶ Unicamp, AEL, BNM, 149, Caixa 2, 4º v.

¹⁰⁷ Unicamp, AEL, BNM, 149, Caixa 2, 4º v., depoimento do capitão de fragata Antônio Leopoldo Amaral Saboia. Esse oficial acompanhou o almirante Aragão quando de seu comparecimento ao Sindicato dos Metalúrgicos na madrugada do dia 26 de março de 1964.

¹⁰⁸ Unicamp, AEL, BNM, 149, Caixa 2, 4º vol., depoimento do ministro Sylvio Motta.

¹⁰⁹ BASTOS, Paulo M., *op. cit.*, p. 219.

¹¹⁰ Em alguns uniformes, os cabos e soldados fuzileiros navais utilizam o *Gorro de fita escocesa* em substituição aos Quepes e “Bonés”.

¹¹¹ Unicamp, AEL, BNM, 149, Caixa 2, 4º vol., depoimento do tenente Jair Baptista Lopes.

¹¹² RODRIGUES, Flávio, *op. cit.*, p. 112. Nota do autor: No BNM, 149, encontramos vários depoimentos dos soldados fuzileiros que aderiram ao movimento. Tivemos acesso também aos depoimentos dos oficiais e sargentos que comandavam a tropa. A importância do canto do Hino Nacional é destacada em vários testemunhos, como também a não reação dos superiores. Cf. AEL-BNM, nº 149; Caixa 1, v. 1, e Caixa 2, 4º vol.

¹¹³ Sigla de Indústria Nacional de Armas. Era uma metralhadora de fabricação nacional.

¹¹⁴ Imagens dessa adesão dos fuzileiros podem ser vistas no Documentário *Jango*, direção de Sílvio Tendler, 1984.

¹¹⁵ SCHILLING, Paulo, *op. cit.*, v. 2, p. 62.

¹¹⁶ BN, *Última Hora*, 27/03/1964, p. 3.

¹¹⁷ Unicamp, AEL, BNM, 149; Caixa 2, 4º vol., depoimento do ministro Sylvio Motta.

¹¹⁸ *Idem*.

¹¹⁹ BN, *Correio da Manhã*, 27/03/1964, 2º Caderno, p. 1.

¹²⁰ Unicamp, AEL, BNM, 149, Caixa 1, 1º vol., depoimento do marinheiro Paulo da Silva Bastos.

¹²¹ Unicamp, AEL, BNM, 045, Caixa 1, depoimento do capitão de fragata Rafael de Azevedo Branco.

¹²² AEL, BNM, 045, caixa 1, v. 1, depoimentos do tenente Antônio Paulo de Moura Castro e do soldado Osvaldo Inácio Cunha.

¹²³ Foram feridos o cabo Luiz Gonzaga da Silva, o grumete José Adeildo Ramos e o soldado fuzileiro naval Osiel Costa Araújo, AEL, BNM, nº 045, caixa 1.

¹²⁴ Unicamp, AEL, BNM, 045, Caixa 1, v. 1, depoimentos do capitão-tenente João de Oliveira e do soldado Manoel Nazareno Fernandes.

¹²⁵ Unicamp, AEL, BNM, 149, Caixa 1, 1º vol., folha 108, depoimento de Raul José Levanhagem. O choro de Anselmo, como também a comoção dos marinheiros, também foi relatado no depoimento do marinheiro Manoel Batista Simões. AEL, BNM, 149, Caixa 1, 1º vol., p. 187.

¹²⁶ Unicamp, AEL, BNM, 639, Anexo B, folha 278.

¹²⁷ Unicamp, AEL, BNM, 639, folha 262, depoimento do capitão de corveta Heraldo Messeder de Souza.

¹²⁸ Unicamp, AEL, BNM, 639, folhas 398-399.

¹²⁹ Unicamp, AEL, BNM, 138, folhas 827-828, denúncia oferecida pela 1ª Auditoria de Marinha.

¹³⁰ *Idem*.

¹³¹ Unicamp, AEL, BNM, 506, folhas 19-21, depoimento de Ronaldo Saldanha.

¹³² Unicamp, AEL, BNM, 506, 2º vol., depoimento do capitão-de-corveta Luis Carlos Cordeiro Guerra.

¹³³ *Apud* BIERRENBACH, J. S., *op. cit.*, p. 159.

¹³⁴ Algumas dessas interpretações e constatações podem ser encontradas em: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.), *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 12-13; ABREU, Alzira Alves, "A participação da imprensa na queda do Governo Goulart". In ARAÚJO, Maria Paula; CASTRO, Celso; FICO, Carlos; QUADRAT, Samantha Viz *et al.* (Orgs.), *1964-2004: 40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15-25; FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, 2004, p. 41-51; e REIS FILHO, Daniel Aarão, *op. cit.*, p. 32.

¹³⁵ ABREU, Alzira Alves, *op. cit.*, p. 23.

¹³⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão, *op. cit.*, p. 32.